



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

7º EXAME DE SELEÇÃO

**10ª PROCURADORIA REGIONAL
CAMPOS DOS GOYTACAZES**

– 2020 –

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) **Determinado partido político pretende seja reconhecida a inconstitucionalidade de um dispositivo original do Código Tributário Estadual (Decreto-Lei n.º 05/1975). Trata-se do artigo 3º, que estabelece que a imunidade dos templos de qualquer culto se restringe ao bem imóvel onde sejam celebrados os cultos. O partido sustenta que esta redação não é compatível com a Constituição da República de 1988, que tem uma imunidade mais ampla. A respeito deste caso, assinale a alternativa correta:**
 - a) O Decreto-Lei era espécie legislativa imune ao controle de constitucionalidade.
 - b) Não há incompatibilidade material entre o Código estadual e a Constituição, pois dão idêntica proteção aos templos de qualquer culto.
 - c) Não cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade neste caso, embora a questão de eventual incompatibilidade com a CRFB possa ser discutida incidentalmente.
 - d) A Ação Direta de Inconstitucionalidade é ação adequada, neste caso, para o reconhecimento, com efeitos *erga omnes*, da inconstitucionalidade do dispositivo.
 - e) A competência para o processamento de eventual ação direta, neste caso, é do Tribunal de Justiça do Estado.

- 2) **Durante o julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade em face de lei estadual que criava novos cargos de fiscal de rendas, a Corte, por maioria de votos (6 a 5), declarou a inconstitucionalidade da lei; pelo mesmo placar, votou-se que os atos já praticados pelos fiscais de rendas nomeados com base nesta lei deveriam ser preservados. A respeito deste julgamento, assinale a alternativa correta.**
 - a) O julgamento não é correto, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para a declaração de inconstitucionalidade.
 - b) A lei foi declarada inconstitucional, e todos os atos jurídicos praticados com base nela são também inválidos, inclusive os autos de infração lavrados pelos fiscais acima mencionados.
 - c) A decisão da Corte terá apenas eficácia prospectiva (efeitos *ex nunc*), sob pena de se criar situação insustentável na Administração Pública.
 - d) Pela teoria dos atos consumados, não é possível a exoneração dos servidores nomeados com base em lei posteriormente declarada inconstitucional.
 - e) A decisão do Supremo Tribunal Federal violou a cláusula de reserva de plenário, sendo possível o agravo regimental para sanar este vício.

- 3) **O Governador do Estado X, desejando melhorar os índices educacionais do Estado, pretende alterar o currículo escolar das escolas de X, de modo a impedir o ensino de teorias não embasadas em evidências científicas. Assim, envia Projeto de Lei à Assembleia Legislativa estadual, nos termos acima indicados. Sobre este Projeto de Lei, pode-se afirmar:**
 - a) Invade competência legislativa da União.
 - b) O Poder Público apenas pode determinar conteúdo mínimo ou proibir o ensino de algumas teorias em relação às escolas públicas.
 - c) O estabelecimento de "conteúdo proibido" viola a liberdade de cátedra dos professores, tanto das escolas públicas quanto das particulares.
 - d) A lei local resultante deste projeto de lei será válida; contudo, na superveniência de lei federal sobre o tema, a lei estadual perderá a sua eficácia.
 - e) Nenhuma das afirmativas anteriores é correta.

- 4) **Sobre a nomeação e exoneração de Ministro de Estado pelo Presidente da República, assinale a única alternativa correta:**
 - a) O Presidente da República goza de discricionariedade para exonerar seus Ministros; contudo, caso apresente justificativa para esta exoneração, ficará adstrito aos motivos expostos (teoria dos motivos determinantes), sendo a questão sindicável em juízo.
 - b) Os Ministros de Estado somente podem ser nomeados caso sejam aprovados em sabatina pelo Senado Federal.

- c) O número máximo e mínimo de Ministérios (e, conseqüentemente, de Ministros) é definido em lei cuja iniciativa é do Presidente da República.
- d) Não há necessidade de comprovação de notório saber na área de atuação da Pasta para a nomeação de Ministros.
- e) Os Ministros de Estado gozam de estabilidade, somente sendo possível a sua exoneração mediante regular processo administrativo em que se assegurem ampla defesa e contraditório.
- 5) Em um edital de concurso público para o preenchimento de cargos de Procurador do Município, exige-se a prova de que o candidato seja associado a alguma entidade para a difusão do conhecimento em Direito, havendo pontuação extra, na prova de títulos, caso as associações sejam em áreas carentes de Procuradores (no caso deste município, Direito Urbanístico e Direito Tributário). O candidato Fulano impugna a previsão editalícia. Assinale a alternativa correta:
- a) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, de modo que é nula a cláusula acima referida.
- b) Embora a exigência de filiação a alguma associação seja constitucional, a atribuição de pontuação diferenciada é ilegal.
- c) O candidato ao cargo não possui legitimidade para a impugnação de cláusula do edital, já que é parte interessada na questão.
- d) A previsão editalícia vem sendo referendada pelos Tribunais de Contas, por buscar o atendimento ao princípio constitucional da eficiência (art. 37 da CRFB).
- e) A participação do Procurador em associação (de Direito Tributário, por exemplo) equivale à sindicalização do servidor, o que é vedado pela Constituição.
- 6) Sobre a sistemática remuneratória do servidor público, assinale a alternativa que traz vantagem que não pode estar sujeita ao teto constitucional:
- a) Diária de viagem do servidor.
- b) Triênios.
- c) Subsídio.
- d) Vantagens Pessoais.
- e) Todas as verbas anteriores são sujeitas ao teto constitucional remuneratório.
- 7) O processo de modificação da Constituição por meio da edição de Emendas Constitucionais é necessariamente mais complexo do que o da aprovação de leis ordinárias. Além de quórum qualificado, há determinadas matérias que não podem ser objeto de Emenda, dentre as quais se inclui:
- a) a alteração das competências dos Tribunais.
- b) o foro por prerrogativa de função.
- c) a redução do rol de legitimados para a Ação Direta de Constitucionalidade.
- d) O direito de os professores se aposentarem com tempo reduzido.
- e) A transformação do país de Estado federado para Estado unitário.
- 8) O Tribunal de Contas do Estado, à simetria do Tribunal de Contas da União, possui uma série de competências relativas ao controle externo dos atos do Poder Executivo. Ao analisar a regularidade de um contrato de obra para a construção de uma estação de metrô, o TCE verifica que houve superfaturamento nesta obra. Neste caso, é correto afirmar:
- a) O TCE não tem competência para a fiscalização de contratos administrativos, apenas para o controle relativos aos atos administrativos.
- b) A Corte de Contas pode diretamente sustar a execução do contrato, impedindo o pagamento à Construtora.
- c) Por se tratar de contrato administrativo, cabe à Assembleia Legislativa do Estado a sustação.

- d) Qualquer que seja a decisão do Tribunal de Contas, não é possível a discussão da questão em juízo (separação das instâncias).
- e) O controle externo exercido pelo Legislativo e pelo Tribunal de Contas não contempla a sustação de atos ou contratos, somente sendo possível a imposição de multa e determinação de ressarcimento ao erário.
- 9) Lei do Estado do Rio de Janeiro permitia o pagamento de benefício previdenciário em desacordo com a Lei federal n.º 9.717/98. Qual o recurso cabível para que o Estado recorra, sob o fundamento de violação à norma geral nacional sobre o tema, de decisão do Tribunal de Justiça nos autos de Mandado de Segurança que julgue válida a lei estadual e conceda a ordem, determinando que o Estado pague o benefício contestado?
- a) Recurso Ordinário.
- b) Recurso Especial.
- c) Recurso Extraordinário.
- d) Agravo de Instrumento.
- e) Embargos de Divergência.
- 10) Sobre a contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, é correto afirmar:
- a) É devida por todos os empregados, independentemente de filiação ao sindicato respectivo, exceto pelos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) É devida por todos os empregados, independentemente de filiação ao sindicato respectivo, inclusive pelos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c) Somente é devida pelos empregados que não sejam filiados a algum sindicato, pois estes já realizam outras contribuições sindicais.
- d) Somente é devida pelos empregados que sejam filiados a algum sindicato, já que esta contribuição não se reveste de caráter tributário.
- e) Foi recentemente revogada por Emenda à Constituição.

DIREITO CIVIL:

- 11) Considera-se comoriência:
- a) morte presumida, sem decretação de ausência.
- b) cessação da incapacidade pelo casamento.
- c) cessação da incapacidade pela concessão dos pais.
- d) presunção de morte simultânea de pessoas reciprocamente herdeiras
- e) sucessão provisória.
- 12) João deseja doar para José um imóvel. Para evitar o pagamento de tributo mais elevado, João e José encenam a celebração de um contrato de compra e venda. A compra e venda neste caso é inválida, em razão da configuração de:
- a) dolo.
- b) reserva mental.
- c) simulação relativa.
- d) simulação absoluta.
- e) lesão.
- 13) Acerca da decadência, assinale a alternativa correta:
- a) salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- b) decadência convencional pode ser apreciada de ofício pelo juiz.
- c) o prazo decadencial não corre contra incapazes.

- d) é anulável a renúncia à decadência fixada em lei.
- e) decadência importa na extinção da pretensão executiva do credor.

14) Não são pessoas jurídicas de direito privado:

- a) as organizações religiosas.
- b) as autarquias.
- c) as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- d) os partidos políticos.
- e) as associações.

15) Acerca dos direitos da personalidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) São alguns dos seus atributos: a irrenunciabilidade, a impenhorabilidade, a oponibilidade *erga omnes* e a indisponibilidade.
- b) Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou empresariais.
- c) Para a publicação de obras biográficas literárias ou audiovisuais, é exigível a autorização prévia da pessoa biografada ou, para o caso biografado falecido, de seus familiares.
- d) O seu exercício pode ser objeto de disposição voluntária, desde que não permanente nem geral, estando condicionado à prévia autorização do titular e devendo sua utilização estar de acordo com o contrato estabelecido entre as partes.
- e) É possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.

16) Agnaldo estaciona sua motocicleta regularmente em vaga da Prefeitura. Um veículo desgovernado da Procuradoria Geral do Estado, em razão de distração do seu motorista, colide com a motocicleta. Qual é o prazo prescricional da pretensão indenizatória de Agnaldo, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça?

- a) 1 ano.
- b) 3 anos.
- c) 5 anos.
- d) 10 anos.
- e) 20 anos.

17) Acerca das obrigações, assinale a alternativa correta:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange as pertencas dela embora não mencionadas, em razão do princípio da gravitação jurídica.
- b) Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder sem culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.
- c) Na obrigação de dar coisa incerta, até o momento da escolha, subsiste a indefinição da quantidade ou do gênero.
- d) Na obrigação de dar coisa incerta, não poderá o devedor, antes da escolha, alegar perda ou deterioração da coisa, salvo força maior ou caso fortuito.
- e) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

18) A respeito das obrigações, em que consiste a confusão?

- a) a reunião na mesma pessoa das qualidades de credor e devedor.
- b) reserva mental.
- c) obrigações complexas.
- d) a circunstância de duas pessoas serem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra
- e) modalidade de solidariedade.

19) Caio, famoso jogador de futebol, é contratado com cláusula de exclusividade para fins publicitários por empresa de artigos esportivos. A concorrente desta empresa, apesar de ciente da cláusula de exclusividade, oferece vultoso valor para que Caio faça publicidade também para ela. A primeira empresa ingressa com ação contra a concorrente, para impedir a divulgação do novo material publicitário. O princípio contratual adequado a respaldar esta pretensão consiste na:

- a) boa-fé.
- b) função-social do contrato.
- c) adimplemento substancial.
- d) relatividade contratual.
- e) *pacta sunt servanda*.

20) Assinale a alternativa incorreta, acerca da formação dos contratos:

- a) A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
- b) A oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos.
- c) Se a aceitação, por circunstância imprevista, chegar tarde ao conhecimento do proponente, este comunicá-lo-á imediatamente ao aceitante, sob pena de responder por perdas e danos.
- d) Se o negócio for daqueles em que não seja costume a aceitação expressa, ou o proponente a tiver dispensado, reputar-se-á concluído o contrato, não chegando a tempo a recusa.
- e) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi aceito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

21) Acerca dos princípios gerais e garantias do direito processual civil, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) O Código de Processo Civil vigente prevê uma série de princípios que norteiam a aplicação e interpretação de suas normas, como a boa fé e a razoável duração do processo;
- b) A paridade de armas prima por uma isonomia verdadeiramente material entre as partes, como na previsão de prazo em dobro para a manifestação dos assistidos da Defensoria Pública;
- c) Ainda que se trate de matéria cognoscível de ofício, é vedado ao magistrado decidir sobre tema que ainda não tenha sido objeto de manifestação pelas partes, sob pena de violação ao princípio do contraditório participativo;
- d) Qualquer princípio ou garantia processual que venha a ser incluído na Constituição Federal só poderá ser aplicado caso também venha a ser inserido no bojo do Código de Processo Civil;
- e) O Código de Processo Civil dispõe de instrumentos específicos para garantir a efetividade da tutela jurisdicional, sendo a tutela provisória de urgência um de seus exemplos.

22) Sobre os serviços auxiliares da Justiça previstos no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) Cabe ao oficial de justiça realizar pessoalmente a citação quando o réu for incapaz;
- b) O perito, nomeado dentre profissionais legalmente habilitados em sua área de especialização, tem como incumbência assistir o juiz quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico;
- c) O perito deverá cumprir o encargo prescrito pelo juiz, não podendo recusá-lo nem mesmo quando existir motivo de suspeição ou impedimento;
- d) Conciliadores e mediadores têm como ofício auxiliar em soluções consensuais de conflitos;
- e) Será nomeado interprete da Língua Brasileira de Sinais quando a parte ou a testemunha for deficiente auditiva.

- 23) A autoridade judiciária brasileira **NÃO** é competente para processar e julgar:
- Ação em que o réu, nascido na Itália, tenha domicílio no Brasil;
 - Ação com fundamento em obrigação de fazer que deveria ter sido cumprida em território brasileiro;
 - Ação de usucapião relativa a imóvel situado em território brasileiro;
 - Ação de alimentos cujo beneficiário tenha residência no Brasil;
 - Ação com fundamento em contrato internacional a ser cumprido em território brasileiro, em que haja previsão de cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro e que seja arguida pelo réu em contestação.
- 24) Assinale a afirmativa **CORRETA** a respeito das regras de modificação de competência previstas no Código de Processo Civil:
- Existe conexão quando duas ou mais ações apresentam o mesmo pedido ou causa de pedir;
 - Ações conexas sempre serão reunidas, ainda que uma delas já tenha sido sentenciada;
 - Verifica-se a continência quando duas ou mais ações apresentam as mesmas partes, pedido e causa de pedir;
 - A reunião das ações conexas dar-se-á no juízo prevento, assim considerado aquele que, em primeiro lugar, ordenou a citação do réu;
 - A competência não pode ser modificada por vontade das partes, mesmo quando fixada em razão do valor ou do território.
- 25) Quando se trata do estudo da coisa julgada em nosso sistema processual, é **INCORRETO** afirmar que:
- Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso;
 - Não fazem coisa julgada os motivos, salvo se importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, e desde que o magistrado expressamente assim o consigne;
 - Salvo disposição legislativa expressa em contrário, a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros;
 - Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido;
 - A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- 26) É **CORRETO** afirmar, acerca da validade dos atos processuais, que:
- Todos os atos e termos processuais devem observar a forma estritamente determinada em lei, ainda que preencham sua finalidade essencial, sob pena de nulidade;
 - Não podem tramitar em meio eletrônico os casos abrangidos por segredo de justiça, tais como aqueles em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;
 - As partes podem celebrar negócios jurídicos processuais a fim de estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa, desde que o direito pleiteado admita autocomposição e sejam firmados antes do ajuizamento da ação;
 - Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos têm eficácia plena sobre as partes independente de publicação;
 - A desistência da ação só produz efeitos após sua homologação pelo juiz.
- 27) Dentre as alternativas abaixo, qual delas **NÃO** é considerada uma hipótese de extinção do processo sem resolução de mérito?
- Ausência de uma das condições da ação, como a legitimidade das partes;
 - Julgamento improcedente dos pedidos formulados na petição inicial;
 - Reconhecimento de coisa julgada anterior à propositura da demanda;

- d) Indeferimento da petição inicial em virtude da ausência de um de seus requisitos mínimos de validade;
- e) Homologação de desistência da ação.

28) Acerca da tutela provisória, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) A tutela provisória pode basear-se na urgência da situação fática colocada em julgamento ou na evidência do direito pleiteado;
- b) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo;
- c) A decisão que concede, nega, modifica ou revoga tutela provisória de urgência dispensa motivação quando o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo for real e patente;
- d) A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber;
- e) A parte beneficiária da tutela provisória de urgência responde pelos prejuízos que sua efetivação causar à parte adversa se a sentença lhe for desfavorável.

29) É CORRETO afirmar que o prazo para a Fazenda Pública opor embargos de declaração é de:

- a) 30 dias corridos, salvo se o processo se encontrar em segundo grau de jurisdição, hipótese na qual o prazo será de 10 dias corridos;
- b) 30 dias úteis, em qualquer instância;
- c) 10 dias corridos, salvo se a decisão embargada cominar multa diária, hipótese na qual o prazo será de 20 dias corridos;
- d) 10 dias úteis, em qualquer instância;
- e) 5 dias úteis, quando a intimação tiver sido feita eletronicamente, e 10 dias úteis nas demais hipóteses.

30) Dentre os itens abaixo, acerca de qual deles é CORRETO afirmar que se trata de um recurso previsto no bojo do atual Código de Processo Civil?

- a) Suspensão de segurança, interposta contra toda e qualquer decisão que obrigue a Fazenda Pública a adimplir prestação pecuniária que venha a causar graves danos ao orçamento;
- b) Embargos de divergência, interpostos contra acórdão de órgão fracionário de Tribunal Superior que, em sede de recurso especial ou extraordinário, divergir do julgamento de outro órgão do mesmo tribunal;
- c) Incidente de resolução de demandas repetitivas, interposto contra decisão de mérito proferida em primeira instância que der interpretação diferente da interpretação firmada pelo tribunal ao qual o juízo encontra-se vinculado;
- d) Inventário, interposto contra decisão proferida em primeira instância que extinguir o processo em virtude da morte de uma das partes;
- e) Agravo de petição, interposto contra decisões interlocutórias que versarem sobre tutelas provisórias, exclusão de litisconsorte e admissão de intervenção de terceiros.